



PORTARIA Nº 007/2019

O Prefeito Constitucional de Picuí, Estado da Paraíba, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO Requerimento de Licença para trato de interesse particular pelo período de 02 (dois) anos, contados de 02/01/2019 a 02/01/2021, apresentado pela servidora em 26 de novembro de 2018.

CONSIDERANDO que nos termos do art. 91 da Lei Complementar nº 01, de 23 de maio de 2008, *“a critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, a licença para trato de assuntos particulares pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração e sem contagem de tempo de serviço, não podendo esta licença ser renovada sem o decurso de interstício mínimo de cinco anos”*;

CONSIDERANDO que a servidora requerente presta suas atividades na Unidade Básica de Saúde no Centro da cidade, na Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de Auxiliares de Consultório na Administração Municipal, em razão da impossibilidade de contratação de servidores substitutos, em vista da declaração liminar de inconstitucionalidade da lei municipal de contratação;

CONSIDERANDO que o Município não dispõe em seu quadro de servidores de outros Auxiliares de Consultório Dentário suficientes para substituição da servidora, com a concessão da licença requerida, o que resultará em prejuízo para a população local assistida na Unidade Básica de saúde onde está lotada.

RESOLVE:

INDEFERIR, nos termos do art. 91 da Lei Complementar nº 001/2008 o Requerimento de Licença para trato de interesse particular apresentado pela servidora JULIANA DA CRUZ MARTINS, matrícula nº 66236, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, pelas razões de interesse público acima epigrafadas.

Picuí-PB, 15 de janeiro de 2019.


OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional